

ATA DA 42.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CT-IPCT (aberta)

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte minutos, pela plataforma Teams, teve início a **42.^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora Lígia Moreira de Almeida cumprimentou a todos e após rodada de apresentação, deu início aos trabalhos, com participação dos membros da CT, das comissões de atingidos, das assessorias técnicas, da Fundação Renova e de convidados. Da lista de presença constam os seguintes participantes: **Membros** - Lígia Moreira de Almeida, Coordenadora da CT-IPCT (Ministério da Economia), Francisco Nóbrega (DPU), Nelson Pedroso Jr. (MPF/FGV), André Sucupira (Funai), Guilherme Gonçalves (Funai), Márcio Freitas (SETADES), Sérgio do Carmo (Comissão dos Atingidos de Barra Longa), Antônio Áureo (Comissão de Atingidos de Rio Doce), Geraldo Felipe – Tuzinho (Faiscador de Santa Cruz do Escalvado), Cacique Toninho (Cacique TG), Aline Carla (DSEI), Monica Pazinato (CRQ Degredo), Jadilson Lino Oliveira (CRQ Degredo). **Pela ASPERQD:** Pedro Bigolin, Dandara Silva Cabral, Jean Craveiro Betteher, Luciana Andrade, Simony Jesus, Thamara Uliana Pascoal. **Pela CQD:** Marcos da Silva Costa e **Pela ATI Rosa Fortini:** Klenio Costa e Silvana. **Convidados:** Mozart Machado (Funai), Terence Carvalho de Almeida Castro (Procuradoria Especializada –Funai/DF), Letícia Lopes Brito (FGV) e Miguel Bravim (DSEI) e Érika Soares Martins (SEDESE).

Pela EY: Vitor Coelho e Maria Izabel (Consultores).

Pela Flacso: Fabiana Tomaz (Secretária da CT)

Pela Fundação Renova: Gilson Dias, Luana Sala, Gabriel Moura, Adebald de Andrade, Fernanda Balestro, Alessandro Corrêa, Silvani Honorato, Felipe de Drummond, Bruna Aarão, Cássio Barbosa, Daniel Martins, Felipe Correa, Daniel Muller, Caroline Coutinho, Caroline Rocha e Gabriela Almeida Prado.

I. PAUTA GERAL (9h às 11h)	
Pauta	Discussão
1- Abertura e apresentação dos participantes e aprovação da Ata da 41.^a RO.	Após a apresentação dos participantes, a ata da 41. ^a Reunião Ordinária foi aprovada sem objeções e após assinatura, será enviada para a SECEX para publicação na página do CIF/IBAMA.
2- Agenda de reuniões e fatos relevantes de novembro e dezembro de 2021 e janeiro de 2022 (Fundação Renova)	<p>Felipe de Drummond apresentou sobre os territórios indígenas:</p> <p>Tupiniquim Guarani Indenização TG — Acordo homologado na 12.^a Vara Cível e Agrária da SJMG em 15.12.2021 e o pagamento da guia judicial ocorreu no dia 23.12.2021. Foi peticionado em conjunto com a guia a informação sobre os termos que estavam aptos para serem resgatados pelas associações indígenas.</p> <p>Indenização- AIG — Minuta assinada em 12.11.2021 entre a Associação Indígena, Cacique da aldeia de Três Palmeiras, Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública Estadual do Espírito Santo (DPE) e Defensoria Pública da União (DPU). Acordo homologado na 12.^a Vara Cível e Agrária da SJMG em 15.12.2021. Pagamentos da indenização ocorreram no dia 23.12.2021 para as famílias que assinaram o termo e estavam com a documentação completa do processo de indenização.</p> <p>PBAI — Oficinas finalizadas no início de dezembro. A empresa consultora está trabalhando no detalhamento dos programas, conforme oficinas realizadas nos territórios indígenas.</p>

	<p>SAA — Serviço de levantamento geofísico em execução. Projetos Conceituais recebidos e em etapa de validação interna.</p> <p>Comboios</p> <p>PBAI — Oficinas finalizadas no início de dezembro. A empresa consultora está trabalhando no detalhamento dos programas, conforme oficinas realizadas nos territórios indígenas.</p> <p>Plano de Cheias — Reunião realizada no dia 26.11.2021 com Defesa Civil e Lideranças Indígenas e apresentada a versão consolidada do Plano de Cheias. Foram solicitadas adequações e a Fundação Renova aguarda as coordenadas dos pontos que serão enviados pela Defesa Civil, para conclusão das alterações nos mapas.</p> <p>SAA — Entrada com pedido de licenciamento para perfuração dos poços junto ao IBAMA em 02.12.2021. Projetos Conceituais recebidos e em etapa de validação interna.</p> <p>Krenak</p> <p>Manutenção do acordo emergencial Krenak — As ações previstas para a Terra Indígena Krenak continuam sendo realizadas em conformidade com a Cláusula 43 do TTAC — Acordo Vale/Krenak.</p> <p>Cássio apresentou sobre o PG04:</p> <p>Degredo</p> <p>PBAQ - Eixo Cultura: Pesquisa Etnográfica; Oficina de Cartografia, Documentação do material botânico e Oficinas Culturais.</p> <p>Eixo Gestão: Formação em Relações Étnico-Raciais - 2.º módulo do PG17_Capacitação de Lideranças Quilombolas</p> <p>Consulta do PBAQ — Realização da 3.ª rodada da Consulta detalhada do PBAQ.</p>
<p>3- Entregas referentes às Cláusulas 44 Inc III § 3º, 46 § 2º, com as Deliberações 154 e 477 e fluxo de encerramento de cláusulas da Deliberação 556 (Fundação Renova).</p>	<p>As discussões sobre o assunto já haviam sido iniciadas na reunião de novembro e a Fundação já havia enviado a lista de documentos que considerava que suportaria o encerramento e houve, ainda, a reunião do CIF em dezembro, que resultou na Deliberação CIF n.º 556, de 3/12/2021 (que Delibera sobre procedimentos relacionados à auditoria independente para asseguarção dos Programas presentes no TTAC).</p> <p>Luana mostrou o fluxo seguido anteriormente: identificação dos itens de cláusula e envio de ofício para a CT específica, com os documentos que apoiariam a decisão da Fundação; a CT elaborava uma Nota Técnica e enviava ao CIF, que encaminhava à auditoria independente, no caso a EY. Explicou ainda que, segundo a referida Deliberação, após a análise da Câmara Técnica e emissão da NT, é realizada a análise da auditoria que emite relatório contendo os resultados que são, no que lhe concerne, reencaminhados para nova análise da CT.</p> <p>Luana explicou que a solicitação era de encerramento de itens específicos, e não significava encerramento de Programas e nem das cláusulas completas.</p> <p>Luana informou que a Fundação considera que todas as etapas referentes aos itens 44 Inc. III e §3º (para o PG03) e 46 §2º(para o PG04) estavam concluídas, com o ECI para TI TG e o ECQ de Degredo entregues, aprovados por Notas Técnicas da CT-IPCT e pelas Deliberações n.º 477 e 154, respectivamente. Por esse motivo, estava solicitando a análise da CT para os encerramentos.</p> <p>Nelson perguntou se a auditoria ou a CT poderiam indicar quitação de parágrafos, incisos, ou de cláusulas de programas que não teriam escopo definido e aprovado e se isso fosse possível, quais seriam os critérios. Nelson perguntou também se essas quitadas, no caso da Cláusula 44, não prejudicariam comunidades que porventura fossem inseridas, ainda que na redação estivesse que seria para os Tupiniquim Guaranis.</p>

Luana respondeu que, para o PG03, as comunidades indígenas já estavam identificadas pelo TTAC e, para o PG04, a Cláusula 50, classificada como cláusula de ação, não será encerrada enquanto o programa estiver em execução, pois há a possibilidade de identificação de novos povos e comunidades tradicionais. Luana complementou dizendo que a Fundação não tem a intenção de submeter à análise da CT o que ainda depende de ações judiciais, escopos em aberto ou algo indefinido e ressaltou que o encerramento desses itens, comprovados por Deliberações do CIF, corroboram para comprovar os avanços das ações de reparação nos Programas 03 e 04. Luana ressaltou que, uma vez encaminhado para a asseguarção da EY, a auditoria independente emite o relatório e a CT poderá estudar esse relatório e fazer uma nova análise.

Lígia disse que a CT recebeu o ofício n.º 67/2021/EY, em cumprimento ao item 2 da Deliberação n.º 556, onde foi informado haver quatro impedimentos para asseguarção da auditoria, principalmente relacionados a faltar definição dos programas e que imaginou que seria um impedimento para darem sequência à questão dos encerramentos solicitados e perguntou o que o impedimento significaria, na verdade.

Maria Izabel explicou que os impedimentos apresentados pela auditoria não seriam da CT, mas em razão da auditoria independente não conseguir fazer a verificação de algum 'item' ou dar uma asseguarção final sobre o atendimento da Fundação em relação aos programas, justamente por não terem uma definição do programa aprovada, que seria a diretriz utilizada pela auditoria independente para verificar o cumprimento das metas e dos objetivos globais dos programas. Maria Izabel explicou que a EY apresentou o fluxo de encerramento de cláusulas para o CIF, para explicitar como funcionaria o trabalho de asseguarção realizado pela EY nesses casos. Explicou que naquele momento, o fluxo de auditoria que está em andamento para o programa era de acompanhamento, que era um pouco diferente da asseguarção, pois nos fluxos de acompanhamentos são verificadas as atividades que estavam sendo executadas pela Fundação e reportadas para a CT e para o CIF, para que, quando fosse possível verificar os encerramentos solicitados, estes fossem avaliados, com base em todas as atividades realizadas pela Fundação Renova em prol do programa desde o desastre e considerando o cumprimento das metas e objetivos finais do programa.

Maria Izabel explicou ser um impeditivo para a auditoria independente a ausência de uma diretriz aprovada que direcionaria o trabalho da auditoria para permitir verificar, de forma assertiva, se a Fundação Renova estaria cumprindo com tais premissas e diretrizes.

Nelson disse que não teria como encaminhar o solicitado pela auditoria e se existia o impeditivo da auditoria, em relação à falta de definição e aprovação do escopo do programa, a CT não poderia aprovar e enviar direto para o CIF, pois o impeditivo deveria ser resolvido e retornar para a Fundação corrigir os pontos.

Luana informou que a solicitação da Fundação Renova para análise dos itens foi feita bem antes da Deliberação 556 (ofício FR.2021.1685) e que os termos das cláusulas em questão já possuem Deliberações do CIF aprovando a entrega. Complementou que, considerando a explicação da Maria Izabel, levaria para discussão interna.

Maria Izabel respondeu que a EY havia enviado o Ofício n.º 67/2021/EY, onde apresentou os impedimentos, justamente para esclarecer que, como não havia critérios e premissas estabelecidos e aprovados, não teria como a auditoria verificar o cumprimento destes, assertivamente. Explicou que

não seria papel da auditoria aprovar uma premissa, e que a EY sugeriu os responsáveis no referido ofício para tratar os impedimentos (a Fundação faria a revisão e atualização do documento de definição de cada programa, enviaria para a revisão da Câmara Técnica, que faria uma Nota Técnica e enviaria para o CIF, para aprovação do escopo).

Luana lembrou que a revisão dos programas é uma ação conjunta, da FR e CT.

Felipe perguntou o motivo de a definição do programa se tornar um impedimento, quando o entendimento do TTAC é muito literal ao dizer que se deve contratar uma consultoria para realizar o estudo baseado em um Termo de Referência emitido pela Funai, o que foi seguido, sendo o estudo aprovado pelas comunidades e pelo CIF.

Maria Izabel respondeu que a auditoria não conseguia fazer a asseguarção do programa na totalidade sem a aprovação do documento de definição do programa e esclareceu que a Fundação poderia solicitar o encerramento de cláusulas, o que diferiria da asseguarção do programa pela EY. Maria Izabel lembrou haver uma cláusula no TTAC (n.º 195) que determina que uma cláusula poderia ser encerrada, desde que fosse referente a um programa ou a um projeto, mas não menciona o encerramento de incisos ou de parágrafos do TTAC, o que estava em discussão no CIF, para se definir como aquilo seria feito e disse que com a questão da taxonomia, poderiam ter uma definição.

Luana ressaltou a Fundação considera os estudos (ECI e ECQ) como pilares dos Programas, pois foram realizados a partir dos Termos de Referência emitidos pela Funai e FCP (respectivamente) e correspondem às ações transitórias dos Programas e são as bases para o PBAI e para o PBAQ. R ressaltou que os Programas da CT-IPCT não possuem projetos nos moldes das outras CTs, que eram de desenvolvimento de projetos de reparação e de compensação, possuindo na CT-IPCT uma estrutura particular. Luana esclareceu que a Fundação insistiu com a pauta, por considerar as deliberações como respostas do CIF para as entregas e explicou que a Fundação não se apegou apenas ao item de contratação da consultoria (como consta no texto do TTAC para as referidas cláusulas), mas consideraram até o final do processo, que se findou com uma deliberação aceitando a entrega feita pela consultoria.

Maria Izabel respondeu que já havia um caso (já havia ocorrido com uma cláusula relacionada o PG25) e era possível fazer a avaliação de encerramento de cláusulas referentes a projetos ou programas, individualmente, desde que fossem apresentadas todas as evidências de atendimento ao item para a CT e que a EY faria uma avaliação posterior, e se fosse possível, já incluiria a avaliação no relatório de acompanhamento ou caso fosse necessário, emitiria um relatório específico, indicando se as metas e objetivos globais da cláusula em avaliação haviam sido atendidos.

Maria Izabel respondeu que já havia um caso (já havia ocorrido com uma cláusula relacionada o PG25) e era possível fazer a avaliação de encerramento de cláusulas referentes a projetos ou programas, individualmente, desde que fossem apresentadas todas as evidências de atendimento ao item para a CT e que a EY faria uma avaliação posterior, e se fosse possível, já incluiria a avaliação no relatório de acompanhamento ou caso fosse necessário, emitiria um relatório específico, indicando se as metas e objetivos globais da cláusula em avaliação haviam sido atendidos. Luana esclareceu que naquele caso não haveria mudança a ser incluída pelas Definições de Programas em relação ao escopo das cláusulas em questão e sugeriu que o assunto fosse discutido posteriormente.

Encaminhamento 42.1	O assunto referente às Cláusulas 44 Inc III § 3º, 46 § 2º, com as Deliberações n.º 154 e n.º 477 e ao fluxo de encerramento de cláusulas da Deliberação 556 será retomado após nova análise.
----------------------------	---

II. PAUTA INDÍGENA (11h às 13h)

Pauta	Discussão
4- Atualização dos indígenas sobre o pagamento das indenizações homologadas judicialmente;	<p>Gabriel explicou que quase todo o pagamento de indenizações havia sido efetuado, mas houve algumas pendências em razão da dificuldade do advogado fazer o levantamento e da saída do Dr. Mário da 12ª Vara. Gabriel informou que as pendências com os Guaranis já foram sanadas e que o pagamento seria efetuado. Explicou ainda que, em Comboios, todos já haviam recebido a indenização.</p> <p>André Sucupira perguntou sobre Caieiras e Gabriel esclareceu que o fluxo havia diferido, pois, o pagamento será feito às associações por depósito judicial e que o depósito da maioria já havia sido realizado. André perguntou se a Fundação acompanhava o pagamento até as famílias receberem e Gabriel respondeu que não havia esse acompanhamento, considerando que o depósito era feito em juízo, conforme os termos validados. Após questionamento do André, Gabriel esclareceu que as pendências de pagamento eram em razão da troca do juiz e de inconsistências no preenchimento de alguns termos, e que os casos estavam sendo tratados individualmente e as devolutivas estavam indo diretamente para as associações.</p>
5- Atualização sobre as atividades determinadas pelo Plano de Trabalho do PBAI	<p>Felipe informou que as oficinas foram finalizadas no final de 2021, que a fase de detalhamento do documento já havia sido iniciada e que a Fundação, com a consultoria especializada, levaria o documento às Comunidades para validação, para depois ser protocolado junto à Funai e à CT.</p> <p>Nelson perguntou se as oficinas foram para estabelecer o Plano de Trabalho ou a forma de realização pós Plano de Trabalho, já valendo para o detalhamento do PBAI. Felipe respondeu que as oficinas foram para o detalhamento.</p> <p>Nelson perguntou como seria a validação e se teria uma previsão para a conclusão do PBAQ. Felipe respondeu que a previsão de conclusão do documento é em fevereiro para, em março, iniciarem a validação.</p> <p>Lígia disse que, pela análise técnica da Funai, algumas complementações foram solicitadas em relação ao Plano de Trabalho e perguntou se as referidas já haviam sido entregues. Felipe respondeu que foram entregues em 2021.</p> <p>André Sucupira perguntou ao Mozart sobre o assunto e ele confirmou que já havia sido enviado à Fundação, no dia 10/01/2022, uma solicitação de retoque no documento. Felipe perguntou quando a Funai havia enviado, pois, não havia recebido o documento. Luana disse que também não havia recebido.</p> <p>André disse que o PBAI era uma variação do ECI e que, após o trabalho do ECI, a Fundação havia feito um documento apartado. Perguntou como a Fundação estava conciliando às duas leituras, considerando que Comboios havia aprovado rigorosamente o ECI, entendendo que o PBAI seria uma evolução dos trabalhos previstos no ECI, e não um documento apartado, e considerando a análise técnica apresentada pela Fundação sobre dissensos. Felipe respondeu que o assunto havia sido discutido e resolvido nas oficinas.</p>

	<p>André perguntou como estava sendo essa resolução e Felipe respondeu que a MPB estava tratando com os indígenas, pois era uma consultoria independente e perguntou como estava sendo a realização de reuniões com os indígenas, considerando o cenário de pandemia e de síndrome gripal e, ainda, as diferenças na organização interna de cada comunidade. Perguntou, também, se a MPB estava fazendo algum relatório sobre aquela atividade e sobre como estava procedendo para conseguir reunir a comunidade, pois houve uma reunião virtual com a Comunidade de Caireiras Velha, a qual os indígenas interromperam e solicitaram que fosse presencial, o que seria impossível naquele momento devido às doenças respiratórias. André perguntou também se a SESAI e o DSEI estavam acompanhando no cumprimento do protocolo sanitário. Felipe respondeu que as oficinas foram presenciais e o protocolo sanitário foi rigorosamente cumprido.</p> <p>Bruna complementou dizendo que os consultores eram testados antes de irem a campo e que eles poderiam fazer o relatório.</p> <p>André perguntou como estavam realizando as reuniões, com a impossibilidade de reunirem muita gente, e era necessário que todos os grupos de indígenas participassem e entendessem, o que poderia levar um tempo.</p> <p>Felipe respondeu que nenhum grupo havia reclamado das reuniões ou do que foi apresentado e que, na hora da validação, a Fundação tomaria todas as providências necessárias para contornar as eventuais dificuldades.</p> <p>Mozart lembrou que o documento apartado havia sido reprovado e já haviam solicitado que o referido não pautasse nenhum assunto referente ao PBAI, pois o assunto já havia sido discutido na fase do ECI.</p> <p>Dr. Terence reiterou o que foi dito pelo Mozart e explicou que, como já teve acordo judicial homologado e já ocorreram inúmeras discussões sobre o assunto, não seria aceitável, na fase de execução, querer voltar a questões já superadas, pois impediria o avanço das tratativas em favor dos indígenas, trazendo uma insegurança jurídica e uma desconfiança. Dr. Terence reiterou que, como os indígenas já haviam discordado dos documentos, o ideal seria estabilizar as discussões e avançar no cumprimento.</p> <p>Gabriela esclareceu que a consultoria estava trabalhando com as comunidades seguindo o Plano de Trabalho e partindo do ECI.</p>
<p>6- Atualização dos indígenas sobre Projeto de Abastecimento de Água</p>	<p>Fernanda explicou que, para Comboios e Córrego do Ouro, estavam aguardando obtenção de licença ou dispensa de licença ambiental para programar a perfuração dos poços e que o pedido de licenciamento estava tramitando junto ao IBAMA desde o dia 02/12/2021. Para Amarelos, Pau Brasil, Nova Esperança e Olho d'Água, o serviço de geofísica havia ficado paralisado devido a casos de COVID entre os prestadores, mas que os trabalhos foram retomados e estavam acontecendo em Nova Esperança. Informou que um cronograma com datas atualizadas seria enviado assim que fosse possível.</p> <p>Camila Amui pediu que fosse enviado o cronograma com a antecedência necessária, pois a SESAI precisaria acompanhar. Fernanda respondeu que quando a Fundação tivesse a programação do estudo hidrogeológico e da perfuração dos poços, enviaria com a antecedência de 15 dias e estavam aguardando a licença.</p> <p>Aline solicitou que fosse feito um resumo da geofísica até aquele momento. Fernanda respondeu estarem em Nova Esperança e, ao concluírem nessa aldeia, iriam para Olho D'água. Informou que já havia sido concluída nas aldeias de Amarelos e Pau Brasil e estava conforme o cronograma enviado anteriormente, com pequenos atrasos em razão da Covid. Fernanda</p>

	<p>ressaltou que a geofísica seria feita em duas etapas, com previsão para conclusão em fevereiro.</p> <p>Camila disse que o pessoal de Comboios estava sofrendo com as cheias e ressaltou a necessidade de acelerarem a questão do SAA.</p>
<p>7- Atualização dos indígenas sobre o Plano de Contingência de Cheias</p>	<p>Bruna informou que foi realizada uma reunião no dia 26/11/2021 para apresentação do plano, onde foi solicitado à Defesa Civil de Aracruz e à Defesa Civil estadual, a inclusão de algumas coordenadas de pontos. Bruna explicou que ficou a cargo da Defesa Civil estadual fazer o levantamento dos pontos (1. Acessos; 2. Rotas de Fuga; 3. Pontos de Encontro; 4. Abrigos; 5. Heliponto) junto às comunidades e que a Fundação estava aguardando resposta.</p> <p>Bruna informou que os próximos passos seriam:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) envio do documento revisado por <i>e-mail</i> para as lideranças indígenas e para a Defesa Civil; (ii) após definição dos pontos acima, a comunidade fará a instalação das placas na aldeia; (ii) agendamento de uma audiência na aldeia Comboios para apresentação e aprovação do plano; (iii) Defesa Civil realizará um simulado na aldeia, com apoio da Fundação Renova para fornecimento de lanche. <p>Lígia perguntou se havia uma previsão para a audiência e Bruna respondeu que só após a resposta da Defesa Civil e a resolução das pendências, poderiam ter uma previsão.</p>
<p>8- Retorno sobre os estudos hidrogeológicos em Comboios (Fundação Renova).</p>	<p>Fernanda informou que a Fundação estava no aguardo de uma autorização da Funai para poder fazer a programação do início do estudo. Informou, também, que foram enviados dois ofícios: o FR.2021.1193, de 28/07/21, e o FR.2021.2007, de 16/12/21, nos quais a Fundação se colocava à disposição para realizar uma reunião entre a parte técnica da Fundação e a Funai. Fernanda informou, também, que foi realizada uma reunião com os indígenas, no dia 16/12/2021, na qual foi apresentado o estudo e foi aprovada a sua realização, estudo esse, que seria necessário conforme Deliberação CIF no 445, de 18 de setembro de 2020, item 2.5: “<i>A realização de estudos hidrogeológicos com a indicação do sentido de fluxo e possíveis inversões de fluxo, informando o período em que ocorram tais inversões</i>”.</p> <p>Fernanda perguntou se já havia alguma resposta da Funai sobre os ofícios enviados, pois a realização do estudo era importante e informou que poderiam agendar uma reunião para maiores esclarecimentos técnicos, inclusive, com a participação da empresa que realizará o estudo, para fazer uma apresentação.</p>
<p>Fala do Cacique Toninho e manifestações da Funai e da Fundação Renova</p>	<p>Cacique Toninho informou que seria a última reunião que ele participaria e agradeceu a todos. Sobre o plano de contingências, falou que se já estivesse pronto, a comunidade de Comboios não estaria passando pelos transtornos com as cheias, pois toda vez que acontecia cheias no Rio Doce, Comboios sofria com alagamentos. Agradeceu o apoio da empresa Suzano e da Defesa Civil, mas fez críticas à Funai, à SESAI e à Fundação Renova, pois, não deram nenhum apoio à comunidade. Relatou que o município estava sem estrutura e foi necessário retirar recursos da comunidade para o conserto da lancha da saúde indígena, Toninho informou que embora não tenham ocorrido problemas mais graves, as famílias tiveram que se movimentar para evitar alagamentos nas casas e ainda ficaram sem internet e sem energia, dificultando a comunicação. Toninho informou, também, que a bomba havia sido danificada e o abastecimento de água estava dependendo, há cinco dias, dos poços de cada família, o que é insuficiente para as famílias. Cacique Toninho ressaltou que era muito grave que, em</p>

um momento como aquele, além de terem que consertar a lancha, ainda não terem médico, enfermeiros e disse que a Funai e a SESAI deveriam estar a frente, mas reiterou que a comunidade não teve apoio dos órgãos citados. Em relação ao PBAI, Toninho disse que as oficinas foram realizadas com cada seguimento das comunidades de Comboios e de Córrego do Ouro e com a consultoria, mas o processo de construção foi muito cansativo e solicitou que a Fundação explicasse o que ainda estava faltando para que o PBAI fosse concluído e ressaltou que a comunidade estava acompanhando e cobrando. Considerando todo o histórico, Toninho disse que se dependesse da Funai e da SESAI, não haveria nenhum indígena vivo. Toninho relatou o cansaço diante de tanta demora e solicitou à Fundação e à Funai que agendassem uma reunião com as comunidades para explicarem os desacordos e as demoras.

Diante do relato de Toninho, André respondeu que não tinha autonomia, como Funai regional, para responder.

Gabriel respondeu que o programa de retomada era o primeiro do PBAI, mas que, para iniciá-lo, seria necessário que o PBAI estivesse com, pelo menos, o Termo de Compromisso assinado. Gabriel explicou que alguns problemas atrasaram o cronograma e que o acordo vinculava o PBAI ao programa de retomada, mas que poderia levar o assunto para que a Fundação discutisse internamente para tentar agilizar.

Lígia perguntou se havia uma previsão de quando a Fundação iria protocolar o PBAI completo na Funai.

Bruna respondeu que as oficinas haviam sido finalizadas em dezembro de 2021 e que a consultoria estava fazendo um trabalho de detalhamento, considerando as escutas realizadas nas comunidades e desenhando os programas para fazerem uma segunda rodada. Bruna informou que, sobre o protocolo, quando tivesse uma data, informaria.

Nelson respondeu que a fala do Cacique Toninho trazia a necessidade de refletirem sobre o papel de cada um no processo.

Nelson falou que, na Deliberação 445, havia 5 pontos em relação ao monitoramento, sendo o 2.5 era sobre os estudos hidrogeológico e perguntou se havia alguma tratativa sobre os outros quatro pontos e se só estavam tratando desse ponto e o porquê.

Felipe respondeu que traria essa resposta posteriormente, pois a pessoa responsável havia se desligado da Fundação e outra pessoa ainda estava se inteirando do assunto.

Nelson ressaltou que em relação ao monitoramento, havia itens na Deliberação 445 que foram encerrados sem resposta e que a Deliberação 452, que respondeu à tentativa da Fundação de impugnar a 445, estava em descumprimento. Nelson informou que no relatório trimestral a Fundação relatava que os itens das Deliberações mencionados estavam contestados e perguntou o motivo de terem trazido só aquele ponto.

Felipe solicitou que os questionamentos fossem enviados formalmente, para que a resposta fosse mais assertiva e perguntou se a resposta poderia ser enviada por ofício ou se seria ponto de pauta para a próxima reunião e Lígia respondeu que poderia ser das duas formas.

Felipe informou que a Gabriela retornou à coordenação do PG03 e agradeceu o apoio recebido no período que ele ficou como interino na nessa função. Felipe informou que não havia recebido *e-mail* mencionado pelo Mozart, ao que Mozart respondeu que havia enviado para o *e-mail* da Gabriela.

**Encaminhamento E
42.2**

A Fundação Renova deverá informar o status de andamento dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 da Deliberação 445, com previsão para o cumprimento de cada um.

Intervalo para o almoço: 11h às 14h

III. PAUTA GARIMPEIROS TRADICIONAIS/FAISCADORES	
Pauta	Discussão
<p>9- Oportunidade de fala aos atingidos Faiscadores sobre reparação integral no território de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (Ponte Nova);</p>	<p>Klenio ressaltou a necessidade de se refletir sobre como o processo reparatório para o público em questão estava sendo conduzido, tanto no âmbito da CT-IPCT, como em um âmbito mais amplo da própria reparação, de maneira individual e coletiva.</p> <p>Geraldo Felipe (Tuzinho) relatou a frustração dos faiscadores diante da negação dos direitos daquele público e ressaltou que o sistema Novel, em sua fase dois, criava faiscadores, pois pessoas que nunca exerceram a faiscação se identificavam como tais, ao tempo que os faiscadores de verdade tinham os direitos negados. Geraldo Felipe ressaltou que, dos 105 faiscadores, apenas 40 teriam recebido alguma quantia.</p> <p>Antônio Áureo relatou que, considerando o histórico de luta e por serem ribeirinhos, toda aquela comunidade tirava o sustento do Rio Doce e agradeceu os atores que fazem parte do sistema CIF, com exceção da Fundação Renova, pois esta não os reconhecia e não os aceitava no PG04. Resgatou o histórico das comunidades e relatou que os dependentes deles não teriam direito à nada. Antônio disse que a Fundação Renova tratava os faiscadores como ninguém e o Estado não tinha nenhuma responsabilidade e já estava cansado de falar que eles são povos tradicionais e exigiu respeito. Perguntou o que a Fundação iria exigir depois do reconhecimento. Antônio relatou que quando via direitos sendo retirados dos indígenas e dos quilombolas, se perguntava até onde iria tudo aquilo. Antônio registrou que a Fundação Renova debochava dos faiscadores e relatou que o fato da Fundação Renova não ter um critério de reconhecimento, causava até uma desestruturação em algumas famílias, pois uns eram reconhecidos e outros não. Antônio solicitou que, se a Fundação não tivesse nenhuma resposta positiva ou diferente, nem se manifestasse.</p>
<p>10 - Oportunidade de fala aos atingidos garimpeiros tradicionais da região de Mariana, Barra Longa e Acaiaca.</p>	<p>Sérgio Papagaio disse a fala do Antônio Áureo dizia tudo e que a Fundação estava postergando os pagamentos e que estava mesmo cansado de repetir sempre as mesmas coisas e que não entendia o motivo de a Fundação tratar aquele público daquela maneira, sem avanços e que não sabia o motivo de não os reconhecerem, se a convenção 169 já o fazia e já existiam leis que atestavam que quem mora até 3 km do rio eram ribeirinhos e que eles eram descendentes da primeira comunidade do estado de Minas Gerais e, ainda que os garimpeiros tradicionais eram reconhecidos, e perguntou com qual direito a Fundação não os reconhecia. Sérgio ressaltou que concordava com o Antônio sobre a Fundação não ter nada a responder.</p> <p>Lígia abriu fala à Fundação Renova e perguntou se havia alguma atualização sobre as deliberações judicializadas e sobre os cortes de AFE. Gabriel respondeu que não havia ainda uma atualização da 12.ª Vara e que, considerando que estava judicializado, a Fundação não teria mais nada a acrescentar e ressaltou que a posição da Fundação era a mesma que a já informada anteriormente.</p> <p>Dr. Francisco cumprimentou os atingidos que falaram, informou que a DPU era solidária a eles e perguntou como ficaria a questão do reconhecimento, considerando quando estivessem com a certificação em mão e se se existia um cronograma ou uma preparação da Fundação Renova para quando recebessem o referido documento.</p> <p>Gabriel respondeu que ainda não havia nenhum cronograma e nem nada definido e que a Fundação estava aguardando alguma nova orientação</p>

	<p>sobre o assunto, que viesse do CIF, da Comissão ou de alguma decisão judicial.</p> <p>Lígia falou que, considerando que a resposta da Fundação era sempre a mesma, não havia mais nada que pudessem discutir. Antônio Áureo e Sérgio Papagaio agradeceram o apoio do Dr. Francisco e da CT e disseram que seguiriam na luta.</p>
--	---

IV – PAUTA QUILOMBOLA	
Pauta	Discussão
<p>11 – PBAQ</p> <p>a) Apresentação dos resultados da 3.^a rodada de consulta;</p> <p>b) Apresentação do calendário de atividades para o primeiro trimestre de 2022;</p> <p>c) Status acerca das compras do terreno para as construções.</p>	<p>a) Apresentação dos resultados da 3.^a rodada de consulta</p> <p>Daniel Martins apresentou os resultados da 3.^a rodada que aconteceu entre novembro e dezembro de 2021 e explicou que a consulta pública havia sido dividida em três etapas, muito em razão da pandemia e iniciou-se em março de 2021, ficando paralisado por um tempo e que a terceira parte era sobre os últimos oito programas e informou a inclusão de mais dois programas (apresentação disponível para consulta na memória da reunião - Anexo 1)</p> <p>Lígia perguntou se teria uma previsão de quando a Fundação Renova enviaria a versão final do PBAQ para análise da Fundação Cultural Palmares e Cássio informou que já poderia enviar e perguntou se enviaria direto para a Fundação Palmares ou se poderia enviar para a CT distribuir. Lígia disse que deveria ser enviado para protocolo na Palmares, para que fosse feita uma análise técnica, para posterior manifestação da CT e envio ao CIF e Ademilton confirmou.</p> <p>Lígia perguntou, também, se havia uma previsão para o início das execuções e Cássio respondeu que seis programas já estavam em execução e que as demais execuções seriam planejadas entre a Fundação e a comunidade para mobilização de consultoria. Cássio ressaltou que como houve programas rejeitados pela comunidade e repasse de valores, foi elaborado um Termo de Acordo adicional e que só após essa formalização, seria possível desenhar as condições definitivas de execução.</p> <p>b) Apresentação do calendário de atividades para o primeiro trimestre de 2022</p> <p>Silvani apresentou o calendário dos meses de janeiro e de fevereiro e informou não haver ações planejadas para o mês de março (apresentação está disponível no anexo 2, na memória de reunião).</p> <p>Pedro perguntou quando a Fundação teria o calendário de março e Silvani respondeu que no início de fevereiro e, quando estivesse pronto, compartilharia.</p> <p>c) Status acerca das compras do terreno para as construções</p> <p>Cássio apresentou o cronograma (disponível para consulta) e informou que no dia anterior havia chegado um e-mail da Avalicon, consultoria responsável, com os laudos, que seriam analisados pela Gerência do fundiário e pelo jurídico da Fundação Renova e explicou que a CQD e a ASPERQD seriam convidadas para refletirem sobre as condições e escolherem os terrenos.</p> <p>Pedro solicitou que o cronograma atual fosse compartilhado com a ASPERQD. Sobre o processo de escolha dos terrenos, Pedro explicou que seria por votação da comunidade.</p>

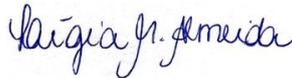
<p>12- Comunicado sobre o retorno do PMQACH a Degredo, com previsão anual das coletas e pontos (apresentação da Fundação Renova).</p>	<p>Fernanda Gomide, do Programa de Monitoramento Hídrico, explicou o PMQACH e seus objetivos e apresentou o histórico do programa em Degredo (disponível para consulta na memória de reunião). Fernanda informou que o programa estava sendo revisto e que as coletas estavam <u>previstas para serem retomadas nos dias 26 e 27/01/2022</u>. Fernanda ressaltou que os pontos foram definidos pelas Secretarias Municipais de Saúde e enviados pela Câmara Técnica de Saúde, que a Fundação Renova não participou e nem participava da seleção dos pontos, que em decorrência da pandemia, as coletas foram suspensas em 18/03/2020 e retomaram apenas nos pontos de abastecimento coletivo e nos sistemas de abastecimento de água definidos pela Câmara Técnica de Saúde em junho de 2020. Fernanda mostrou a relação dos 27 pontos de monitoramento e informou que a revisão anual do PMQACH seria implementada (Deliberação CIF n.º 513/2021 – NT CT-SAÚDE n.º 54/2021) e explicou que a retomada das coletas das soluções alternativas individuais seria a partir de 17/01/2022 (41.ª Campanha do PMQACH) e que as coletas nos pontos sem tratamento seriam mensais e analisadas de acordo com a Portaria MS n.º 888/2021. Fernanda apresentou a relação de parâmetros que seriam analisados após a revisão (anexo 1, 9, 11 e artigo 30) e ressaltou que os referidos parâmetros foram definidos pela CT-SAÚDE e que os dados gerados pelo monitoramento são enviados e analisados pela referida CT e disponibilizados no <i>site</i> http://www.saude.mg.gov.br/desastreriodoce. Fernanda ressaltou ainda que, por solicitação da CT-SAÚDE, os laudos não poderiam ser entregues diretamente à Comunidade e que os interessados deveriam procurar a Secretaria Municipal de Saúde ou consultar o <i>site</i>.</p> <p>Cássio reforçou que a agenda estava programada para os dias 26 e 27/01/2022 e que o analista Milton iria acompanhar, juntamente com o Marcos, representante da comunidade.</p> <p>Dandara informou que o assessoramento técnico da comunidade também acompanharia e, considerando que as coletas foram paralisadas não somente pela pandemia, mas também pela insegurança da comunidade com a empresa que realizava as coletas e que agora dariam um voto de confiança.</p> <p>Dandara perguntou se as coletas aconteceriam até completar 24 meses e Fernanda respondeu que, a princípio, sim, que os pontos estavam descritos na NT n.º 54 da CT-SAÚDE e que a revisão bianual do PMQACH estava prevista na Deliberação CIF n.º 513.</p> <p>Cássio ressaltou que a Gerência Socioambiental da Fundação Renova está em conversações junto da CT-Saúde, no intuito de avaliar a necessidade de continuidade do monitoramento de água para consumo humano no território de Degredo, haja vista a solução definitiva encaminhada para o assunto de abastecimento de água. Caso as partes cheguem a esse entendimento, pode haver encerramento do cronograma de atividades do PMQACH no território.</p> <p>Mônica informou que já havia água do Rio Doce dentro da Comunidade e que nos dias 26 e 27, os poços poderiam estar submersos.</p> <p>Fernanda respondeu que o cronograma foi enviado à CT-SAÚDE com antecedência, sendo aquela a previsão para a comunidade de Degredo e, caso não ocorresse naquelas datas, o monitoramento seria reagendado conforme a disponibilidade do laboratório, dentro da mesma 41ª Campanha, que acontece até o dia 16/02/2022.</p>
<p>13- Qualifica Degredo (informe Fundação Renova - PG20).</p>	<p>Cristiano Pereira informou o que aconteceu em dezembro/21 e janeiro/22 e apresentou os próximos passos (apresentação disponível para consulta – anexo 3 da memória de reunião).</p> <p>Dandara agradeceu ao Cristiano e à Luciana, pela celeridade e boa vontade e informou que o auxílio à fábrica de biscoitos de Degredo foi muito importante.</p>

	<p>Cristiano se disponibilizou para ajudar da melhor forma possível e falou que seria importante a realização de mais uma reunião para definirem o início das capacitações e marcar, também, uma visita no dia da primeira aula do curso de panificação.</p>
<p>14. SAA: a) Retorno sobre visita técnica realizada em 20/12/2021; b) Status das atividades previstas no último calendário apresentado; c) Retorno sobre a sugestão de que o status seja realizado junto a reunião periódica da CQD com a FR.</p>	<p>a) Retorno sobre visita técnica realizada em 20/12/2021 Cássio informou que o cronograma continuava em execução e o avanço era que os laudos de avaliação das propriedades estavam prontos, tanto da propriedade que abrigaria a estrutura do SAA como as que abrigariam o complexo das demais obras do PBAQ. Cássio explicou que os laudos haviam sido enviados no dia anterior pela Valicon, empresa contratada para a atividade e que seriam avaliados pelos responsáveis pelo programa, com auxílio do fundiário e do jurídico da Fundação. Explicou, também, que a previsão era de que no período de 24/01 à 04/02/2022, o processo de validação dos terrenos, tanto do SAA como do PBAQ, aconteceria juntamente com a ASPERQD e a CQD, ressaltando que a Fundação apresentaria os parâmetros de valores e seguiriam com os próximos passos. No caso do SAA, como o terreno já estava definido, passariam para a parte jurídica de definição do Termo de Acordo, que já estava em revisão final pela Diretoria Jurídica e de Programas, com previsão de finalização até o fim de janeiro, para posterior envio à Prefeitura para apreciação e assinatura.</p> <p>b) Status das atividades previstas no último calendário apresentado Lígia observou que no cronograma apresentado havia algumas datas diferentes das que estavam no cronograma que a CT recebeu e Cássio informou que as datas foram atualizadas, em razão da demora na liberação dos laudos pela consultoria e da necessidade de mais reuniões com a prefeitura. <u>Lígia solicitou que o cronograma atualizado fosse enviado à CT.</u></p> <p>c) Retorno sobre a sugestão de que o status seja realizado junto a reunião periódica da CQD com a FR Cássio informou que não havia nenhum óbice em relação à realização de reuniões específicas sobre o SAA ou para a inclusão do tema nas reuniões da CQD. Disse ainda que as áreas da Fundação estariam disponíveis para os assuntos conforme fossem pautados e que a pauta é proposta pela comunidade. Dandara disse que as reuniões periódicas sobre o SAA ocorreriam juntamente com a reunião periódica da CQD e também solicitou o envio do cronograma atualizado.</p>
<p>15- Status do Sistema Simplificado de Indenização: a) Relatos de pessoas que mesmo recebendo o PAFE não conseguem acessar o sistema; b) atraso na análise das documentações.</p>	<p>Mônica informou que algumas pessoas da comunidade, mesmo recebendo o auxílio financeiro, estavam com dificuldades com os cadastros do Novel e que o Dr. Jean já havia entrado em contato com a Fundação e havia sido informado que o problema seria resolvido, mas já fazia dois meses e nada fora resolvido. Cássio respondeu que a área responsável não havia recebido relatos de problemas técnicos no sistema e sugeriu que fosse enviado a relação dos CPF's das pessoas que tentaram acessar para ser analisado caso a caso.</p> <p>Luana ressaltou que a Governança não havia recebido o e-mail de esclarecimento à pauta que informava que o tema já havia sido comunicado à Fundação e, por esse motivo, não havia mobilizado a área responsável. Luana solicitou que a demanda fosse formalizada, com envio de algum print de mensagem no sistema, para análise da Fundação.</p> <p>Mônica informou que uma lista de pessoas que não conseguiam acessar o Novel havia sido enviada à Fundação Cultural Palmares para validação e, ao ser validada, foi incluída ao processo pela Ludmila e que o Jean, da ASPERQD já havia entrado em contato com a Mayara da equipe de Diálogo</p>

	da Fundação. Mônica solicitou o contato da Mayara para que o contato fosse feito diretamente com ela. Cássio respondeu que seria melhor um contato direto com a equipe responsável, considerando que o assunto não era relacionado à pauta tradicional e o mesmo se aplicaria à análise das documentações e demais passos do fluxo ágil. Cássio ressaltou que, com o número do CPF, a Mayara conseguiria retornar com o status e dar uma posição caso a caso.
Encaminhamento E42.3	A CQD analisará a possibilidade de envio da lista de CPF's das pessoas que relataram que, apesar de receberem o PAFE, não conseguem acessar o sistema de indenização, para que a área responsável da Fundação Renova verifique os problemas relatados.

Às 16h40, a coordenadora, Lígia Moreira de Almeida, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, que foi gravada e está disponível para consulta.

Registro que a presente ata foi aprovada no dia 10/03/2022, na 43.^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF.



LÍGIA MOREIRA DE ALMEIDA
Coordenadora da CT-IPCT